

Em um desdobramento político sem precedentes na história recente da República da Coreia, o presidente Yoon Suk Yeol enfrenta um processo de impeachment após a controversa declaração e subsequente revogação da lei marcial. Este episódio lançou a nação em uma crise constitucional, evocando memórias de períodos autoritários passados e suscitando debates intensos sobre a liderança democrática no país.

Declaração da Lei Marcial e Repercussões Imediatas

Em 3 de dezembro de 2024, às 22h27 (horário local), o presidente Yoon Suk Yeol anunciou, em transmissão televisiva nacional, a imposição da lei marcial em todo o território sul-coreano. Em seu pronunciamento, Yoon acusou o Partido Democrático, majoritário na Assembleia Nacional, de conluio com forças pró-Coreia do Norte e de atividades “antiestatais”, qualificando-os como uma organização criminosa aliada a “comunistas norte-coreanos” com o intuito de subverter a nação. A ordem incluía a proibição de todas as atividades políticas, a suspensão das funções da Assembleia Nacional e restrições severas à liberdade de imprensa.

A reação foi imediata e contundente. Tanto o Partido Democrático quanto o próprio Partido do Poder Popular, ao qual Yoon é afiliado, manifestaram oposição à medida. Protestos eclodiram em diversas regiões, com cidadãos expressando indignação diante do que foi percebido como uma ameaça direta à democracia. Nas primeiras horas de 4 de dezembro, aproximadamente 190 parlamentares presentes na Assembleia Nacional votaram unanimemente pela anulação da lei marcial, desafiando a ordem presidencial, apesar das tentativas das forças de segurança de impedir a votação.

Revogação da Lei Marcial e Início do Processo de Impeachment

Confrontado com a resistência legislativa e a crescente pressão popular, o presidente Yoon convocou uma reunião de gabinete às 4h30 de 4 de dezembro, na qual a lei marcial foi oficialmente revogada, e o Comando da Lei Marcial, dissolvido. No entanto, a revogação não apaziguou as tensões. Líderes da oposição declararam que iniciariam procedimentos de impeachment caso Yoon não renunciasse voluntariamente. Em 4 de dezembro, seis partidos de oposição submeteram uma moção de impeachment contra o presidente, com votação

prevista para os dias subsequentes.

Impacto Econômico e Social

A instabilidade política teve repercussões significativas na economia sul-coreana. O índice KOSPI registrou uma queda de aproximadamente 1,3%, enquanto o won sul-coreano atingiu seu valor mais baixo em dois anos, sendo necessária intervenção das autoridades monetárias para estabilizar a moeda. Além disso, o maior sindicato trabalhista do país convocou uma “greve geral por tempo indeterminado” até que o presidente Yoon renunciasse, com milhares de trabalhadores aderindo aos protestos em defesa da democracia.

Reações Internacionais

A comunidade internacional acompanhou com apreensão os eventos na Coreia do Sul. O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, expressou apoio à decisão de Yoon de rescindir a lei marcial e enfatizou a expectativa de que divergências políticas sejam resolvidas pacificamente e em conformidade com o Estado de Direito. Outras nações, incluindo China e Rússia, manifestaram preocupação com a estabilidade regional, destacando a importância de uma resolução pacífica e constitucional da crise.

Contexto Histórico e Comparações

A declaração de lei marcial por Yoon Suk Yeol foi a primeira desde 1980, quando o então presidente Choi Kyu-hah a proclamou para suprimir movimentos pró-democracia, evento que culminou no Massacre de Gwangju. A atual crise remete a períodos sombrios da história sul-coreana, marcados por intervenções militares e regimes autoritários. Analistas políticos sugerem que a ação de Yoon pode ser interpretada como uma tentativa de autogolpe, visando consolidar poder em face de oposição crescente.

Procedimentos Constitucionais e Perspectivas Futuras

De acordo com a Constituição sul-coreana, para que o impeachment presidencial seja efetivado, é necessário o voto favorável de dois terços dos membros da Assembleia Nacional, seguido pela confirmação de pelo menos seis dos nove juízes do Tribunal Constitucional.

Impeachment do Presidente da Coreia do Sul após Lei Marcial

Caso o impeachment seja ratificado, o primeiro-ministro Han Duck-soo assumirá interinamente a presidência até a realização de novas eleições, previstas para ocorrer dentro de 60 dias.

A crise atual coloca em xeque a resiliência das instituições democráticas sul-coreanas e representa um teste crucial para a maturidade política do país. A sociedade civil, por meio de manifestações pacíficas e engajamento cívico, demonstra seu compromisso com a democracia e o Estado de Direito, enquanto o desfecho do processo de impeachment será determinante para o futuro político da nação.